

A agenda educacional dos reformadores empresariais paulistas e seus efeitos no trabalho docente

ANDRESSA DE SOUZA RODRIGUES MESKO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP)

ARNALDO VALENTIM SILVA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP)

EVALDO PIOLLI
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP)

RESUMO

Este artigo apresenta resultados parciais de duas pesquisas de mestrado e doutorado em andamento e também da pesquisa “as condições de trabalho e a saúde dos supervisores de ensino do Estado de São Paulo” realizada juntamente com Sindicato dos Supervisores de Ensino do Magistério Oficial do Estado de São Paulo (APASE), todas desenvolvidas junto ao Grupo de Estudo Trabalho, Saúde e Subjetividade (NETSS) dentro do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Unicamp. São pesquisas que estão analisando as políticas públicas educacionais no Estado de São Paulo com a participação do setor empresarial e seus desdobramentos nos programas implantados pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, em destaque, “Educação - Compromisso de São Paulo”. O objetivo é demonstrar como a lógica gerencial de caráter empresarial, combinada com a reforma do Estado sob a égide da Nova Gestão Pública, manifesta-se nos diversos programas e a reconfiguração no trabalho docente produzidas por eles. Identificamos que a autonomia controlada, a hiperburocratização, a produtividade e a meritocracia constituem-se como marca característica dos programas e que estão produzindo a maior intensificação do trabalho e a desregulamentação da carreira docente.

Palavras-chave: Política Educacional; Setor Empresarial; Trabalho Docente.

Educational agenda of the business supervisors of são paulo state and its effects on teaching work

ABSTRACT

This article presents partial results of two Master and Doctoral researches and , which are still in progress and also presents the research “the working conditions and the health of the education supervisors of São Paulo State” held together with Union of Supervisors of Teaching Education Officer of São Paulo State (APASE) all developed by the Group of Study and Work, Health and subjectivity (NETSS) within the Postgraduate Program in Unicamp University Education College They are researches that are analyzing public educational policies of São Paulo State, with the participation of the business sector and its developments in the implemented programs by the Secretary of Education of São Paulo State, highlighted, “Education - Commitment of São Paulo”. The goal is to demonstrate how the managerial logic of business, combined with the reform of the State under the aegis of the New Public Management is manifested in the various programs and the reconfiguration in teaching work produced by them. We have identified that the controlled autonomy, the hyper bureaucratization, productivity and meritocracy constitute as hallmark of programs and they are producing an greater intensification of work and the deregulation of the teaching career.

Keywords: Educational Policy; Business Sector; Teaching Work.

INTRODUÇÃO

Para compreendermos a participação do setor empresarial na agenda educacional brasileira e no Estado de São Paulo, faz-se necessário apontarmos as reformas educacionais que ocorreram a partir de 1990 e seus efeitos nas políticas públicas.

Com o processo de reestruturação produtiva, a partir de 1990 no Brasil, os governos que estiveram à frente do executivo federal, nesse período, fizeram uma ampla reforma do Estado - em destaque, o Governo Fernando Henrique Cardoso do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) - que teve como base a chamada “Nova Gestão Pública” (Pereira, 1997) cujo objetivo foi implementar na administração pública múltiplos processos de racionalização econômica, privatização, terceirização, publicização e, sobretudo, controle e avaliação dos serviços públicos prestados pelo Estado.

No processo da reforma do Estado, as áreas sociais como **educação**, saúde, previdência social, cultura, entre outras, continuam pertencentes ao Estado, no entanto, não são exclusivas. Essas políticas continuam a ser garantidas, mas começam a ser geridas por meio da *publicização*: mecanismo público não-estatal, no qual as Organizações Sociais transformam-se a ser instrumentos da promoção indireta dos serviços oferecidos pelo Estado. Neste caso ocorre a transferência do oferecimento dos serviços públicos para uma empresa de direito privado sem fins lucrativos, envolvendo na tramitação, muitas vezes, isenções fiscais.

Na mesma direção, a educação passou a ser gerenciada sob estes mesmos padrões que caracterizam a reestruturação do Estado sob a lógica gerencial. Na prática, seguiram-se as “orientações” dos organismos internacionais (Banco Mundial e FMI) para quem da Declaração Mundial sobre Educação para Todos (UNESCO, 2010), na qual a “qualidade da educação” fundamenta-se em pressupostos essencialmente quantitativos e de ranqueamentos com base nos resultados das avaliações externas que produzem mudanças no trabalho docente. Programas de

avaliação externa, como o PISA¹, o IDEB² e o IDESP³ são estimulados pelas agências multilaterais no sentido de atender a uma agenda mundializada de acordo com os interesses do capital.

Nesse sentido, assiste-se, no âmbito educacional, a um amplo processo de descaracterização da escola republicana, agora transformada em uma “escola-empresa” (LAVAL, 2004) com faces do setor privado que acarretam mudanças não somente para os agentes públicos, mas, sobretudo, apontam para a formação de um novo cidadão em conformidade com os interesses do capital.

Para Laval (2004), a escola moderna enfrenta uma crise de legitimidade, tendo em vista o turbilhão de mudanças políticas, econômicas e culturais por que passa a humanidade. “O que ensinar?” “Como ensinar?” “Para que ensinar?” Questões antes pacíficas colocadas hoje, principalmente, pelos agentes econômicos interessados em orientar o ensino dos filhos dos trabalhadores. A resposta, então, à crise de legitimidade da escola, de acordo com o pesquisador francês, é dada pelo neoliberalismo na sua ânsia de orientar a escola tendo como referência e preferência os valores e a cultura empresarial. Em outras palavras, a escola, para ser significativa para o setor empresarial, na era do pós-fordismo e da acumulação flexível, deverá funcionar como uma empresa, utilizando-se, para tanto, das técnicas gerencialistas. A consequência desse processo é que, ao contrário dos discursos anunciados pelos reformadores de autonomia, descentralização e par-

1 O Programme for International Student Assessment (Pisa) - Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – é uma iniciativa de avaliação comparada, aplicada a estudantes na faixa dos 15 anos, idade em que se pressupõe o término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países. O programa é desenvolvido e coordenado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Em cada país participante há uma coordenação nacional. No Brasil, o Pisa é coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). (www.portal.inep.gov.br/pisa-programa-internacional-de-avaliacao-de-alunos.) Acesso em 17/07/2016).

2 O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado pelo Inep em 2007 e representa a iniciativa pioneira de reunir em um só indicador dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. Ele agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala do Inep a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Saeb – para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil – para os municípios.

3 O Índice de Desenvolvimento da Educação de São Paulo (Idesp) é um dos principais indicadores da qualidade do ensino na rede estadual paulista. Criado em 2007, estabelece metas que as escolas devem alcançar ano a ano. Os objetivos de cada escola são traçados levando em consideração o desempenho dos alunos no Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp) e o fluxo escolar de cada ciclo. Por esse motivo, a unidade escolar terá uma meta diferente para cada ciclo que oferecer. (<http://www.educacao.sp.gov.br/projetos/sao-paulo-faz-escola>) acessado em 08/07/2015.

tipificação, o que se assiste no interior das escolas é o aumento da burocracia nos processos de ensino (relatórios, planilhas, papéis diversos), somado ao aumento do controle e da vigilância sobre o trabalho docente num processo descrito por Gaulejac (2007) de autonomia controlada.

É o universo da autonomia controlada. A liberdade na organização do trabalho é paga por uma obrigação a respeitar normas e por uma vigilância permanente quanto aos resultados, à realização dos objetivos, aos desempenhos realizados. Cada agente participa de um centro de custo e de benefício cujos resultados podem ser medidos em tempo real. A liberdade de ir e vir esconde um controle à distância. [...]. Quando transportamos nosso escritório conosco, tornamo-nos livres para trabalhar 24 horas durante 24 horas! (GAULEJAC, 2007, p.119)

Essas reflexões, de acordo com Lima (2011), fazem com que a educação gerida pela lógica do gerencialismo seja tensionada a atender os objetivos econômicos (teoria do capital humano), consolidando no trabalho docente a responsabilização, a autonomia controlada e a hiperburocratização.

De modo geral, a educação, no Brasil, como mostra Souza *et al* (2002) e Oliveira (2011), configura-se para atender a uma nova ordem educativa mundial de formação de força produtiva utilitária para o capital.

Conforme Adrião (2006), as reformas educacionais pretendem responder às mudanças profundas por que passa a economia e o mundo do trabalho. Ao preparar a escola para a formação do novo trabalhador exigida pelas grandes corporações, os reformistas educacionais deixam-se aderir pela ideologia do neoliberalismo e pelo receituário da Nova Gestão Pública e do gerencialismo.

No Estado de São Paulo, elas tiveram início no Governo Covas-Alckmin (1994-2002) na gestão da então Secretária Rose Neubauer a qual realizou um amplo processo de reorganização da rede de ensino que resultou no fechamento de centenas de escolas, acompanhado do processo de municipalização das escolas de Ensino Fundamental, que resultou em milhares de demissões dos professores.

Realizadas, conforme Gohn (2001), a partir de um diagnóstico que definia a estrutura educacional paulista como morosa, ineficiente e pouco funcional, essas reformas modificaram significativamente o padrão da gestão pública do ensino, na medida em que introduziram conceitos econômicos e gerenciais na gestão das escolas, pois implantaram novas formas de controle no trabalho docente, tais

como: avaliações externas como o Saesp, parcerias com empresas privadas e com o chamado terceiro setor e imposição de pagamento de bônus por desempenho aos professores.

A década de 2000, sob a ótica da implantação do ideário gerencialista da Nova Gestão Pública no campo da educação, foi de continuidade, com destaque para a participação do setor empresarial na concepção das políticas públicas, por meio do Decreto nº 6.094/2007 “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação” e o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, ambos lançados no dia 24 de abril de 2007 pelo Ministro da Educação Fernando Haddad, no Governo Lula do Partido dos Trabalhadores (PT).

Saviani (2007) analisa que o PDE e o movimento da “sociedade civil” denominado “Todos pela Educação”, fundando em 2006, apresentam-se com o mesmo foco/objetivo, ou seja, um plano de metas coadunadas em âmbito nacional em nome da melhoria da qualidade de ensino com a participação de diversos segmentos do setor privado⁴. O plano gerencial foi o de agrupar diversos programas com a finalidade de melhorar o IDEB situando como elementos centrais do processo o desempenho dos estudantes nas avaliações externas (Prova Brasil) e a melhoria do fluxo escolar, quando aos indicadores de aprovação e evasão dos estudantes. Uma das finalidades seria aferir a qualidade do ensino para, sobretudo, destinar recursos financeiros às escolas com melhor desempenho.

No âmbito das escolas, as medidas decorrentes ensejaram uma maior responsabilização de todos os seus profissionais com ênfase para os docentes. Os controles se acentuam em decorrência disso, produzindo maior visibilidade das escolas e dos docentes que, agora, passam a assumir a responsabilidade pelo (in) sucesso escolar de acordo com os resultados aferidos pelo desempenho dos alunos nas avaliações externas.

Na mesma direção, Freitas (2012) explica a perversidade desse sistema de responsabilização e seus efeitos a todos os membros da comunidade escolar (ges-

4 Mantenedores: Fundação Educar DPASCHOAL, Fundação Bradesco, Fundação Itaú Social, Fundação Telefônica (Vivo), Gerdau, Instituto UNIBANCO, Itaú BBA, Santander, SUZANO, Fundação Lemann, Instituto Península, Fundação Vale, Instituto Natura, Instituto Samuel Klein. Os parceiros são: Grupo ABC, DM9DDB, Rede Globo, Editora Moderna, Fundação Santillana, Instituto Ayrton Senna, Friends Audio, Fundação Victor Civita, McKinsey Brazil, Microsoft, Instituto Paulo Montenegro, Banco HSBC, Futura, Editora Saraiva, BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento, PATRI - Políticas Pública, Luzio, Itaú Cultural.

tores, professores, pais e alunos), assinalando a desresponsabilização do Estado pela educação pública de gestão pública, o que ressalta e reforça a desigualdade social.

Um sistema de responsabilização envolve três elementos: testes para os estudantes, divulgação pública do desempenho da escola e recompensas e sanções (Kane & Staiger, 2002). As recompensas e sanções compõem o caráter meritocrático do sistema, mas não só, já que a própria divulgação pública dos resultados da escola constitui em si mesma uma exposição pública que envolve alguma recompensa ou sanção públicas. [...] No caso da escola, diferenças sociais são transmutadas em diferenças de desempenho e o que passa a ser discutido é se a escola teve equidade ou não, se conseguiu ou não corrigir as “distorções” de origem, e esta discussão tira de foco a questão da própria desigualdade social, base da construção da desigualdade de resultados. (FREITAS, 2012, 383)

Em 2014, no governo Dilma (PT), com a aprovação do Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), os recursos financeiros que deveriam ser destinados exclusivamente à educação pública passam a ser divididos também com a iniciativa privada através de isenções fiscais, financiamento estudantil, gestão privada das escolas por meio das Organizações Sociais (terceiro setor) e vouchers, num processo de flexibilização da ideia de gestão pública do ensino.

A AGENDA DOS REFORMADORES EMPRESARIAIS PAULISTAS E O PROGRAMA EDUCAÇÃO – COMPROMISSO DE SÃO PAULO: CONVERGÊNCIA OU DISTANCIAMENTO?

A participação do setor empresarial nos rumos da educação paulista foi consolidada no Programa “Educação – Compromisso de São Paulo”, no dia 15 de outubro de 2011, programa esse concebido na atual gestão do governador Geraldo Alckmin (PSDB) em conjunto com os “Parceiros da Educação”⁵ tendo como base o discurso da “melhoria da qualidade da educação” orientada por características da empresa privada, com foco na gestão voltada para resultados.

O Programa Educação – Compromisso de São Paulo tem como objetivo: a) o desenvolvimento de capital humano; b) a responsabilização com todos os atores que compõem o cotidiano escolar (equipe gestora, pais, professores e alunos); c)

⁵ Os “Parceiros da Educação” é uma Organização da Sociedade Civil Pública que conta com a participação de diversos segmentos do setor privado, cujo objetivo é a melhoria da qualidade de ensino com vistas à parceria destes com as escolas públicas no Estado de São Paulo. Atualmente, essa organização compõe quase que integralmente o Conselho Consultivo por meio do Decreto nº 57.571/2011.

a gestão com foco para resultados educacionais, tendo como opção preferencial os resultados das avaliações externas de cunho censitário; d) um novo modelo de escola voltada para atender o capital (trabalhador flexível); e) o novo regime de carreira docente centrado na meritocracia.

A aproximação do setor empresarial nas políticas educacionais em São Paulo não é original, pois reproduz experiências já implantadas nos EUA. Segundo Ravitch (2011), isso aconteceu com o apoio de diversas entidades privadas, entre elas a Fundação Gates a consultoria Mckinsey que foi contratada para desenvolver todo o plano de privatização e reorganização escolar na década de 1990 e 2000 em Nova York. Essa mesma consultoria foi responsável também por implementar o modelo de avaliação por testes padronizados e de orientação e estreitamento do currículo com maior ênfase para o domínio da linguagem e da matemática. O setor empresarial, seguindo critérios gerenciais do mundo dos negócios, implantou esquemas de gerenciamento centrados na responsabilização e em incentivos ao pagamento por mérito aos docentes.

Na mesma direção, as políticas públicas educacionais paulistas perseguiram esse mesmo modelo americano à luz da concepção e do formato do currículo por meio do programa “São Paulo faz escola” com foco nas competências da leitora, da escrita e do cálculo; bonificação por resultados através do resultado da avaliação externa (Saresp) e seu indicador de qualidade (IDESP), bem como aumento salarial com a prova do mérito (lei nº 1.097/2009) aplicada aos docentes de acordo com assiduidade e o tempo de permanência na mesma unidade escolar.

Desde o início, as consultorias privadas bancadas por empresários tiveram um papel estratégico na concepção e na implementação do “Programa Educação Compromisso de São Paulo”. A colaboração mais expressiva foi realizada pela consultoria empresarial americana *Mckinsey* que, entre seus préstimos, está o processo de reorganização da Secretaria Estadual de Educação⁶ e o auxílio na tarefa de concepção e formulação das bases programáticas da política educacional paulista. Hoje este trabalho de assessoria é realizado pela consultoria *Falconi*⁷.

6 Cf. SÃO PAULO/SEE. A nova estrutura administrativa da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo: por uma gestão de resultado com foco no desempenho do aluno. São Paulo, 2013.

7 Consultoria privada de gestão que atua em empresas privadas e no setor público. Atuou no Programa Choque de Gestão durante os governos de Aécio Neves entre os anos de 2003 a 2010. Promoveu a reorganização gerencial do Estado sob critérios de qualidade centrados em resultados e corte de gastos.

Outro programa lançado pela Educação – Compromisso de São Paulo foi o das Escolas Prioritárias que possuem baixo desempenho aferidas pelo IDESP, de acordo com as metas estipuladas pela Secretaria da Educação. Essas escolas recebem um acompanhamento sistemático por meio de projetos determinados por este órgão, que não conhecem e respeitam a diversidade de cada escola.

Desse modo, as escolas prioritárias têm como finalidade um “monitoramento permanente” por partes dos superiores imediatos, bem como o acompanhamento do trabalho docente nas disciplinas de matrizes de referência das avaliações externas, por exemplo, as disciplinas de língua portuguesa e matemática no sentido de melhorar os índices determinados pela Secretaria da Educação.

Na sua pesquisa sobre os diretores de escola, Piolli (2013) demonstra o quanto a classificação da escola considerada com baixo desempenho impacta negativamente no cotidiano escolar com efeitos deletérios à autoestima docente, além do fato de que o monitoramento e controle para a obtenção de melhores resultados não levar em conta as vulnerabilidades sociais, econômicas e de infraestrutura presentes nas referidas escolas.

Em 2014, a Secretaria da Educação fez o lançamento da Secretaria Escolar Digital em algumas regiões do Estado de São Paulo, de caráter experimental, com o foco na centralização dos resultados de cada escola através da tecnologia que resulta no aumento dos meios de controle sobre o trabalho dos profissionais da educação, os quais vêm se intensificando pelo monitoramento da Coordenadoria da Informação Controle e Avaliação Educacional (CIMA).

De acordo com a Resolução publicada pela Secretaria da Educação no dia 25 de maio de 2016, sob o nº 36, a Secretaria Escolar Digital tornou-se obrigatória a todos os profissionais da educação e ilustra muito bem o fenômeno da hiperburocratização descrito por Lima (2011), na medida em que aumenta as tarefas burocráticas do professor pelo uso da tecnologia, além do físico pertencente ao cotidiano escolar (diário de classe), resulta-se num amplo ciclo de intensificação e autonomia controlada desses docentes somada à falta de estrutura e de equipamentos adequados nas escolas (internet, computadores).

O setor empresarial atuou também na concepção de um novo modelo de escola para o Ensino Médio paulista. O Novo Modelo de Escola de Tempo Integral,

instituído pela Lei Complementar 1.164, de 4 de janeiro de 2012, alterada pela Lei Complementar de 28 de dezembro do mesmo ano, tem como inspiração as Escolas de Tempo Integral de Pernambuco, concebidas, em 2004, pelo ICE (Instituto de Corresponsabilidade Educacional) do empresário Marcos Magalhães. De acordo com as diretrizes do programa, o objetivo principal é redefinir o papel da escola e apontar para a necessidade de repensar o atual modelo de escola, promovendo mudanças na abordagem pedagógica, no currículo e na carga horária do ensino oferecido (SÃO PAULO/SEE, 2011, p.6).

Para dar conta desse objetivo, o novo modelo, ainda de acordo com as diretrizes, está ancorado em quatro pontos centrais: 1) jornada integral de alunos com currículo integralizado; 2) escola alinhada com a realidade do jovem, preparando alunos para realizarem seu Projeto de Vida e ser protagonista na sua formação; 3) infraestrutura; 4) professores e profissionais em Regime de Dedicção Plena e Integral. (SÃO PAULO/SEE, 2011, p. 10-11).

Conforme a Lei Complementar supracitada, o Novo Modelo de Escola de Tempo Integral apresenta uma forma de gestão escolar focada em novos parâmetros de seleção, acompanhamento e monitoramento do trabalho docente, baseado em metas, avaliações periódicas e resultados obtidos nas avaliações externas. A iniciativa do governador Geraldo Alckmin e de seu Secretário de Educação configura mais um capítulo da reforma gerencialista que, há vinte anos, não sem resistência dos professores, vem sendo implementada no Estado de São Paulo. Uma receita aplicada nos Estados Unidos e no Chile – para citar alguns países - com resultados no mínimo discutíveis.

De acordo com informações da Secretaria Estadual de Educação⁸, a experiência iniciada em 2012 com 16 escolas atingiu uma média de 4.600 alunos, já, em 2013, foi ampliada para 53 unidades de ensino, incluindo também o Ensino Fundamental Ciclo II (6º ao 9º ano) num total de 20 mil alunos, distribuídos em 48 municípios e 38 Diretorias de Ensino. Em 2014, o programa foi ampliado para mais 112 escolas, chegando a atingir o montante de 50 mil alunos distribuídos em 56 municípios paulistas. Em 2015, além de incorporar mais 75 escolas, a Secretaria Estadual de Educação incluiu neste montante 17 escolas do Ciclo I do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), o que demonstra, a nosso ver, que, além de

8 Cf. www.educacao.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/pdf consulta realizada em 30/06/2015.

uma reformulação do Ensino Médio, está em jogo algo maior que é reformulação do trabalho docente e da carreira do professor no sistema de ensino paulista. Em outras palavras, está em construção lenta e gradual, mas consistente, uma carreira paralela que, com o tempo, de acordo com os reformadores empresariais⁹, poderá se apresentar como alternativa à estabilidade docente.

Ao todo temos, atualmente, no Estado de São Paulo, 257 escolas que integram o Novo Modelo de Ensino Integral, correspondente a 4,9 % num universo de 5.300 escolas, envolvendo, de acordo com estimativas oficiais, 5.216 professores e, aproximadamente, 130 mil alunos. Na Região Metropolitana de Campinas temos o montante de 24 escolas integrantes do programa, sendo seis somente na cidade de Campinas.

Como se vê, o Novo Modelo de Escola de Tempo Integral modifica substancialmente o ofício do professor ao introduzir conceitos econômicos e gerencialistas (GAULEJAC, 2007) na gestão pública das escolas e implantar novas formas de recrutamento, acompanhamento, monitoramento e controle do trabalho docente. (SILVA, 2015).

Apontamos, por fim, no segundo semestre de 2015, a participação da Consultoria Falconi na proposta do projeto de Reorganização das Escolas que tinha como opção preferencial o fechamento de 92 delas e a transformação de 754 escolas de ciclo único. A justificativa pedagógica desta participação, por parte da Secretaria da Educação, era de que escolas menores de ciclo único produzem melhores resultados para a melhoria da qualidade de ensino e de que a reorganização se fazia necessária em razão das mudanças na pirâmide etária da população em idade escolar e a retomada do processo de municipalização. Esse projeto sofreu resistência dos estudantes secundaristas que, no final de 2015, promoveram um grande movimento de ocupação de mais de 200 escolas, sensibilizando a opinião pública.

O projeto tinha um claro caráter gerencial que foi ocultado pela Secretaria da Educação em suas justificativas. Entre os aspectos ocultados destacamos:

- a) o enxugamento da secretaria da educação com a redução do quadro docente de forma assemelhada ao processo de reorganização ocorrido nos anos 1990 em São Paulo quando foram fechadas 155 esco-

⁹ Cf. www.todospelaeducacao.org.br/educacao-uma-agenda-urgente. Consulta realizada em 20/05/2015.

las e demitidos 20 mil professores; b) a preparação da rede estadual para um segundo movimento forte de municipalização pela transferência do ensino fundamental para os municípios, que vem ocorrendo desde a promulgação da LDB em 1996 e do surgimento do FUNDEF. Essa intenção está explicitada na Meta 21 da Proposta de Plano Estadual da Educação que o Governo enviou para a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (PL 1083/2015) e; c) a preparação da rede para um movimento de *publicização* e privatização do ensino médio tal como já vem ocorrendo em Goiás, Pará e em Pernambuco. Isso ocorrerá no Ensino Médio, tanto nas escolas em tempo integral como também na proposta de flexibilização curricular. Esse movimento está previsto nas metas 6 e 22 do PL 1083/ 2015. (MESKO e PIOLLI, 2015)

O projeto de reorganização da rede estadual de ensino foi adiado em virtude da resistência estudantil e da intervenção do Ministério Público e Defensoria Pública do Estado. No entanto, esse projeto de reorganização tem sido implementado em um formato mais modesto, mas que já resultou no fechamento de mais de 1200 salas de aula, fato que tem provocado a redução do quadro de professores, principalmente os admitidos em caráter temporário, e a superlotação das salas de aulas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: PRIMEIRAS ANÁLISES E RESULTADOS

Ao cotejar os primeiros resultados da nossa pesquisa documental de cunho qualitativo, verificamos que, desde 1990, o campo da educação persegue todo o receituário da “Nova Gestão Pública” e dos organismos internacionais, consolidando dinâmicas do setor privado no setor público, por meio das reformas expressas nas políticas públicas educacionais focadas nas avaliações externas e ranqueamentos, metas e indicadores de qualidade e, sobretudo, em mudanças paulatinas na legislação que rege a carreira docente.

De modo geral, a educação no Brasil, em destaque os projetos desenvolvidos pelo Estado de São Paulo, demonstram novas formas de regulações no âmbito do sistema de ensino e nas escolas, materializando características da escola-empresa descritas por Laval (2004) para acumulação do capital.

Assim, são criados novos esquemas de centralização e controle no trabalho docente, sobre a lógica do gerencialismo, por uma supervisão por meio da tecnologia, do estreitamento curricular, do apostilamento para o professor, de formas

de avaliação com base nos resultados censitários, gerando uma forte intensificação e responsabilização pelo (in)sucesso da escola e do sistema de ensino. (FREITAS, 2012).

Compreendemos que, para o setor empresarial, uma escola de “qualidade” é aquela na qual os alunos possuem notas altas nas avaliações externas, de acordo com as disciplinas de matrizes de referência, no caso, português e matemática.

Lima (2003) analisa, e concordamos, que a forma tradicional da organização do trabalho no sistema de ensino e da escola são “tayloristas” e que, agora, os reformadores empresariais estão dando a ela uma nova roupagem, através do uso massivo das novas tecnologias, da gestão de resultados e da ênfase no papel da liderança como nova forma de controle e intensificação do trabalho docente, configurando um processo que o referido autor denomina de “neotaylorismo”.

Nossas pesquisas indicam que estamos diante de uma mudança paradigmática na qual empresários e suas fundações assumem o controle das instâncias da Secretaria Estadual de Educação, concebem, planejam, implementam e monitoram a aplicação de políticas públicas que têm como escopo a difusão de modelos de gestão empresarial no âmbito educativo fixando novas regulações para a carreira docente centradas na produtividade, na meritocracia e na bonificação por resultados.

O novo modelo de Ensino Médio Integral paulista é ilustrativo neste sentido, na medida em que, de forma explícita, através do Regime de Dedicção Integral e de gratificação docente, fixa maiores controles do trabalho docente e aponta para uma carreira não mais centrada na estabilidade.

O que inspira os empresários brasileiros e suas fundações na empreitada de reformular o ensino público são as experiências das escolas charters americanas. Um estudo publicado pela Fundação Itaú Social em parceria com o Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial e que apresenta a reforma educacional de Nova York e procura estimular gestores, educadores, empresários e políticos brasileiros a adotarem o modelo americano corrobora esta nossa afirmação (GALL, 2009). Em suas conclusões o estudo apologético aponta que seria muito importante que houvesse no Brasil uma maior participação dos empresários na concepção de políticas públicas, tal como vem acontecendo nos EUA, assim como salienta

o papel estratégico dos mesmos na disseminação de um novo modelo de escola no qual haja maior responsabilização docente pelos resultados acadêmicos dos alunos e novos processos de contratação de professores (GALL, 2009, p. 128-135).

De fato, concordamos que estamos diante da construção de uma nova concepção de escola, de sua função e de seu lugar na sociedade. E, por conseguinte, essa nova escola, de caráter gerencialista, performático e neoliberal, estaria modificando substancialmente o ofício do professor, transformando profundamente sua formação e sua carreira. Para Laval (2004, p. 202), o exemplo americano mostra que “querer imitar o setor industrial e se inspirar na empresa sob pressão dos imperativos de custos não afeta somente a utilização dos meios, ela concerne também às finalidades da educação”.

O resultado de toda essa dinâmica, tal qual estamos verificando, é que o gerencialismo e suas técnicas estão contribuindo para o aumento do controle e da intensificação do trabalho docente, num processo que resulta em responsabilização, em culpabilização e, não raro, em adoecimento dos trabalhadores da educação.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Thereza. **Educação e produtividade: a reforma do ensino paulista e a desobrigação do Estado**. São Paulo: Xamã, 2006.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. “A Reforma do Estado nos Anos 90: Lógica e Mecanismos de Controle”. Lua Nova - **Revista de Cultura Política**, n°.45, 1998.

FREITAS, Luiz Carlos. Educadores versus reformadores empresariais: a disputa pela agenda educacional. **Revista APASE**. n. 13. São Paulo, maio de 2012.

_____. Políticas de avaliação no Estado de São Paulo: o controle do professor como ocultação do descaso. **Educação e Cidadania**, v.8, n.1, 2009. R.59-66.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 1995.

GALL, Norman. **A reforma educacional de Nova York. Possibilidades para o Brasil**. São Paulo: Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial: Fundação Itaú Social, 2009.

GAULEJAC, Vincent. **Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social**. Aparecida: Ideias & Letras. 2007.

GOHN, Maria da Glória. Educação, trabalho e lutas sociais. **Colección Grupos de Trabajo de CLACSO**, Buenos Aires, Argentina, 2001.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa. O neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Londrina: Editora Planta, 2004.

LIMA, L. C. Políticas educacionais, organização escolar e trabalho dos professores. **Educação: Teoria e Prática**, v.21, n.38, 2011.

_____. **A escola como organização educativa**. 3ª ed. São Paulo, Cortez, 2003.

MESKO, Andressa de Sousa Rodrigues; PIOLLI, Evaldo. Editorial. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 17, n. 3, dez. 2015. ISSN 1676-2592. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8642329>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

MCKINSEY BRASIL. **A transformação da qualidade da educação básica pública no Brasil**. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/wp-content/uploads/2010/12/Transformacao-da-ed>. Acesso em; 15/11/2015.

OLIVEIRA, D.A. Das políticas de governo a política de estado: reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 115, p. 323-337, abr.-jun. 2011.

PIOLLI, Evaldo. Política educacional e gerencialismo: os programas e projetos da SEE-SP para a qualidade e suas implicações nas escolas, no trabalho e na saúde dos profissionais do magistério. **Suplemento Pedagógico APASE**, jul. 2013.

PIOLLI, Evaldo e RODRIGUES, Diego V. As mudanças no arcabouço legal e a precarização do trabalho docente no estado de São Paulo durante o governo de José Serra – PSDB (2007/2010). In: **Seminário Nacional da Redestrado / Brasil**. Santa Maria/RS, 2016.

RAVITCH, Diane. **Vida e Morte do grande sistema escolar americano: como os testes padronizados e modelo de mercado ameaçam a educação**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

SÃO PAULO/SEE. **Decreto nº 57.141 - 18 de julho de 2011**. Reorganiza a Secretaria da Educação e dá providências correlatas. In: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2011/decreto-57141-18.07.2011.html>. Acesso em 13/04/2016. 2016^a

_____. **Resolução SE 36 - 25 de maio de 2016**. Institui, no âmbito dos sistemas informatizados da Secretaria da Educação, a plataforma “Secretaria Escolar Digital” - SED, e dá providências correlatas. 2016 b

_____. **Lei complementar n. 1164 - 4 de janeiro de 2012**. Institui o Regime de dedicação plena e integral - RDPI e a Gratificação de dedicação plena e integral - GDPI aos integrantes do quadro do Magistério. In: <http://www.al.sp.gov.br/norma/?id=165008>. Acesso em: 20/04/2015. 2015.

_____. **Escolas prioritárias**. In: www.educacao.sp.gov.br/portal/projetos/compromisso-sp/escolas-prioritarias. Acesso em: 22/10/2013. 2013a.

_____. **Resolução SE 3 - 18 de janeiro de 2013**. Dispõe sobre mecanismos de apoio à gestão pedagógica da escola para implementação de ações estabelecidas pelo Programa Educação - Compromisso de São Paulo. 2013 b.

_____. **Programa de Escolas Prioritárias**. In: <http://www.educacao.sp.gov.br/noticias/escolas-prioritarias>. Acesso em: 15 de agosto de 2012a.

_____. **Estado lança 10 metas de educação em São Paulo**. In <http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=87027>. Acesso em: Junho de 2012b.

____. **Decreto n. 57.571 - dezembro de 2011** que estabelece a composição para o Conselho Consultivo do Programa Educação Compromisso de São Paulo. 2011.

____. **Programa de Qualidade da Escola-PQE: nota técnica.** Disponível em: <http://edunet.sp.gov.br>. Acesso em: 25/8/2009 a.

____. **SEE. Resolução SE - 74, de 6/11/2008.** Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo – IDESP. Disponível em: www.udemo.org.br/Res%2074_08.htm. Acesso em 13/9/2009 b.

____. **Lei complementar n.1097, de 27 de outubro de 2009.** Institui o sistema de promoção para os integrantes do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação e dá outras providências, 2009c.

____. **Lei Complementar n. 1078, de 17 de dezembro de 2008.** 2008.

SAVIANI, Demerval. Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto do MEC. In: **Educ. Soc., Campinas**, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1231-1255, out. 2007. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> .

SILVA, Arnaldo Valentim. **Para onde vai a escola pública paulista?** Um estudo sobre trabalho docente nas escolas do Novo Modelo de Tempo Integral no Estado de São Paulo na cidade de Campinas. Projeto de Pesquisa de Doutorado, Programa de Pós-Graduação a Unicamp, Linha 10, trabalho e educação (NETSS), 2015.

SOUZA, Aparecida Neri. A racionalidade econômica na política educacional em São Paulo. **Revista Pro-Posições**, v. 13, n. 01(37) – jan./abr. 2002.

UNESCO. **Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI.** Brasília, 2010.

ANDRESSA DE SOUSA RODRIGUES MESKO

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unicamp

E-mail: andressamesko@yahoo.com.br

ARNALDO VALENTIM SILVA

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unicamp

E-mail: arnaldovalentimsilva@gmail.com

IVALDO PIOLLI

Professor da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNICAMP

E-mail: epiolli@unicamp.br